



BIBLIOTECAS
MUNICIPAIS
DE LISBOA

LUSITANIA. REVISTA DE ESTUDOS PORTUGUESES – Publicou-se em Lisboa, entre **Fevereiro de 1924**¹ e **Outubro de 1927**, e não somou mais de **10 números**, marcados por alguma arritmia. De facto, se no primeiro ano a publicação atingiu uma intensidade equivalente à trimestral, a partir de 1925 a perda de vitalidade acelerou-se. Em 1926, só saiu um número (Abril) e em 1927 (Outubro) outro, que foi totalmente dedicado a **Carolina Michaellis de Vasconcelos** (1851-1925), a douta e prestigiada diretora da *Lusitania*, que entretanto falecera.

1925 foi um ano fatídico para a *Lusitania*: logo no primeiro mês, no dia 10, verificou-se a morte de um dos seus redatores fundadores mais carismáticos, **António Sardinha** (1878-1925), e a 16 de Novembro, perdeu a sua tutelar diretora. Ainda assim, a *publicação* arrastou a sua existência por mais dois anos, o que indicia a presença de uma forte motivação para continuá-la. Resta saber quem a insuflava e com que propósito.

PROGRAMA, REDATORES E CONTEXTO

Os **objetivos programáticos** da revista *Lusitania* encontram-se explanados na nota de abertura no primeiro número: «Aspira a LVSITANIA a ser um órgão da nossa cultura, posto ao serviço da Reconstrução Nacional. Órgão independente, emprêsa espiritual – pois nem sequer tem a revista outro editor que não seja a sua redacção – vem esta publicação enquadrar-se no grande movimento de re-criação do Espírito da Pátria, para o servir com sinceridade pura, isenção honrada e fé ardente na verdade imortal da Nação Portuguesa – verdade imortal e pairante sobre o medíocre, o contingente e o provisório. Amamos e queremos servir a Terra Lusa em todas as irradiações da alma avoenga e contemporânea. Eis o nosso programa.»

Além do já referido António Sardinha, faziam parte do núcleo redatorial: **Afonso Lopes Vieira** (1878-1946), **Agostinho de Campos** (1870-1944), **António Sérgio** (1883-1969), **Carlos Malheiro Dias** (1875-1941), **Faria de Vasconcelos** (1880-1939), **José Leite de Vasconcelos** (1858-1941), **Luciano Pereira da Silva** (1885-1975), **Mário de Azevedo Gomes** (1885-1965), **José de Figueiredo** (1872-1937), **Reinaldo dos Santos** (1880-1970), **Ricardo Jorge** (1858-1939) e **Viana Mota** (1868-1948). Afonso Lopes Vieira e Reinaldo dos Santos asseguravam também o «Secretariado da Redacção». **Câmara Reis** (1885-1961) era o «Editor e Redactor gerente».

¹ O primeiro número está datado de Janeiro, mas a 23 de Fevereiro o *Diário de Lisboa* ainda anuncia o seu aparecimento com um vago «deve sahir brevemente». Quatro dias depois, *A Capital. Diário republicano da noite*, dava notícia, na primeira página, de que já se encontrava à venda. Podemos pois concluir que a *Lusitania* chegou às bancas entre 23 e 27 de Fevereiro. Disponível na Hemeroteca Digital em: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/ACapital/ACapital.HTM>

Do ponto de vista político-ideológico, constituíam um grupo muito heterogéneo, congregando fundamentalmente **elementos da falange seareira**² e **das hostes integralistas**.³ A extravagância da concertação não era inédita naqueles anos conturbados do final da Primeira República. Vinha na linha de movimentos como a *Liga de Acção Nacional* (1918-19), a *Cruzada Nuno Álvares Pereira* (1919-23), a *União Cívica* (1923), e de outras realizações. Na sua base estava a rejeição da instabilidade governativa sistémica e do desprestígio das instituições, o repúdio do ambiente conspiratório e da agitação social, a recusa do demo-liberalismo e da «plutocracia». Havia quem acreditasse que por via da concertação de todas as vontades impolutas, capazes de sobrepor o bem comum, aos interesses materiais individuais e às diferenças ideológicas e partidárias, seria possível inverter o processo de decadência da nação. Mas essa concertação revelava-se não só difícil de concretizar, como era fomentadora da discórdia entre pares.

Uma das últimas aproximações ensaiada por elementos seareiros e integralistas dera origem ao movimento e revista ***Homens Livres***, que **se gorou ao fim de dois números**, publicados a 1 e 12 de Dezembro de 1923, respetivamente. O colapso terá sido motivado pelo ingresso de dois redatores da ala seareira, António Sérgio e Mário Azevedo Gomes, no governo de Álvaro de Castro⁴, quebrando assim o acordo tácito de independência em relação ao poder político e partidário. Mas logo se iniciaram contactos para **ressuscitar aquela «plataforma patriótica»**, como ecoou pela imprensa da época. Dado o seu interesse para a contextualização e compreensão da *Lusitânia* evocamos aqui o que correu pelas páginas do *Diário de Lisboa (DL)*.

² A designação, que começou por dar nome a um núcleo de reflexão republicano, foi assumida como título da revista de «doutrinação e crítica» *Seara Nova* que lançaram em 1921, com o objetivo de «Renovar a mentalidade da elite portuguesa, tornando-a capaz de um verdadeiro movimento de salvação». Politicamente, afirmava enfileirar «na extrema esquerda da Republica», defendendo a «ordem» e os «métodos democráticos». A *Seara Nova*, além de gerar um amplo movimento de simpatia e de militância, funcionou como incubadora de uma série de movimentos de intervenção cívica e política. Inicialmente, o corpo diretivo da revista integrava: Aquilino Ribeiro, Augusto Casimiro, Faria de Vasconcelos, Ferreira de Macedo Francisco António Correia, Jaime Cortesão, José de Azevedo Perdigão, Câmara Reis, Raul Brandão e Raul Proença. Para aprofundamento do conhecimento sobre a *Seara Nova*, que ainda hoje se publica, sugerimos a leitura do respetivo verbete no incontornável *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1941-1974)*, de Daniel Pires, ou o artigo «Seara Nova» de David Ferreira, no vol. V, do *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão.

³ Movimento doutrinário, surgido em 1914, tendo como porta-voz a revista *Nação Portuguesa*, que defendia o regresso a uma «monarquia tradicional, orgânica, anti-parlamentar», que concebiam como um regime de matriz católica, socialmente integrador – baseado na organização “natural” da sociedade: indivíduo/família/paróquia/município/província/nação ou indivíduo/mester/corporação – e fortemente centralizado. Também neste caso sugerimos a consulta do *Dicionário de História de Portugal*, de Joel Serrão.

⁴ No momento de formar o seu governo, Álvaro de Castro (1878-1928), do Partido Republicano Nacionalista, convidou Jaime Cortesão a integrar a equipa. Como este recusasse a honra e Álvaro de Castro insistisse em assegurar uma presença relevante da *Seara Nova* no seu governo, foram indicados os nomes de António Sérgio (Educação) e Mário Azevedo Gomes (Agricultura), e sugerido um 3.º elemento, o major Ribeiro de Carvalho (Guerra), que não pertencia ao grupo. O governo entrou em funções a 18 de Dezembro de 1923, mas dois meses decorridos, os 3 referidos ministros encontravam-se demissionários.

No princípio de Fevereiro de 1924, aquele diário, procurando confirmar os «boatos» sobre o reaparecimento dos *Homens Livres*, entrevistou o comandante Filomeno da Camara, líder integralista. O oficial da marinha e ex-governador de Timor e Angola, que começou por se revelar surpreendido com o tema que lhe era proposto, acabou por partilhar o que sabia: «Nenhuma razão tenho para lhe ocultar o que sei. Não são os «Homens Livres» que vão ressurgir; A ideia que eles representam é que vai continuar o seu caminho. (...) Os «Homens Livres» tiveram a grande coragem cívica de encontrar, dentro da República, um terreno neutro onde cabem monárquicos e republicanos (...) deram uma forma pratica ao nacionalismo»⁵ E foi ainda adiantando que o novo movimento (e respetivo órgão de comunicação) tomaria o nome «**Acção Nacional**».⁶

Questionado sobre a orientação programática do movimento em preparação, Filomeno da Camara invocou o ideário do Integralismo, do Nacionalismo Lusitano, do Presidencialismo, da *Seara Nova*, de toda a Renascença Artística Portuguesa, bem como de personalidades como Trindade Coelho, Ezequiel de Campos, Quirino de Jesus, Pequito Rebelo, Carlos Malheiro Dias, e concluiu: «A obra que a «Acção Nacional» se propõe realizar é coordenar todas essas correntes de pensamento nacional numa só força capaz de agir no campo político.»⁷ No prosseguimento da entrevista, o militar integralista também revelou o seu perfil antiparlamentarista e procurou minorizar a questão da ditadura, repudiada pelas forças da esquerda, mas encarada como solução pelos mais conservadores, inclusive entre a falange seareira: «A «Acção Nacional» não se preocupa com a ditadura. Em qualquer hipótese nunca poderá passar de um episódio transitorio a que só a hipocrisia demagogica tenta dar vulto. Não é pela ditadura que a «Acção Nacional» julga poder restituir ao país as liberdades de que presentemente está arredado pela tirania demagogica e parlamentarista.»⁸

A reação da *Seara Nova* não se fez esperar: na edição do *DL*, do dia 8, fez constar uma carta de esclarecimento – assinada por Camara Reis, Jaime Cortesão, Raul Brandão, Raul Proença e Sarmento Pimentel⁹ –, onde desmentia qualquer envolvimento com a «Acção Nacional», na qual entevia

⁵ Cf. «O Parlamentarismo e a ditadura, segundo o comandante Filomeno da Camara», in *Diário de Lisboa*, de 4/Fev/1924, p. 9. Disponível do portal da Fundação Mário Soares: http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/dia?ano=1924&mes=02; [Consultado a 3/10/1924] Sugere-se também a leitura de uma série de artigos publicados no jornal satírico *Fantoches*, dirigido pelo monárquico Rocha Martins, entre Dezembro de 1923 e Fevereiro de 1924. A publicação está disponível na Hemeroteca Digital, em http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Fantoches1923_24/Fantoches1924.htm

⁶ Refira-se que, entre 1918-1919, estivera ativa uma «Liga de Acção Nacional», – que se expressava através da revista *Pela Grey*, dirigida por António Sérgio (acessível na Hemeroteca Digital, tal como o respetivo verbete, da autoria de Álvaro Costa de Matos). O movimento que agora se anunciava era novo, mas a recuperação do título, a proximidade de ideias, valores e objetivos, e a coincidência nas lideranças e militâncias é indesmentível.

⁷ *Idem*.

⁸ *Idem*.

⁹ Note-se que António Sérgio, do corpo diretivo da *Seara Nova* desde Abril de 1923, não figura entre os assinantes.

«uma nova tentativa de sidonismo, mais funesta ainda do que a outra»¹⁰. Também refutam as ideias políticas defendidas por Filomeno da Camara: afirmam-se democratas, não prescindindo do «apoio firme e decidido da massa republicana»; desconfiam do nacionalismo integralista, que ou «não passa de uma daquelas palavras-sombra», fomentadoras de «confusões e equívocos», ou terá o sentido oposto às «generosas tendências universalistas e a tudo o que, em política, representa uma afirmação da consciência moderna»; e embora admitam a ditadura «como medida transitória de salvação pública» não deixam de defender o parlamentarismo.¹¹ Portanto, deixam a promessa de combater ativamente a «Acção Nacional»: «A situação é grave e precisa de palavras claras e precisas. Se é com as ideias defendidas na sua entrevista, e com o apoio dos políticos a que faz referência, que o Sr. Filomeno da Camara e os seus amigos pensam provocar um movimento nacional, permita-nos S. Ex.^a que declaremos perentoriamente, e com o maior respeito, que não só não nos terão com eles, mas nos terão contra eles.»¹²

Concluindo, «Acção Nacional», enquanto plataforma partilhada por integralistas e seareiros, de iniciativa dos primeiros, foi um nado-morto. Em seu lugar, **surgiu então a Lusitânia. Revista de Estudos Portugueses, que, sob “fiança” de António Sérgio, o paladino daquelas tentativas de convergência, contou com a tolerância da Seara Nova.** Não almeja uma intervenção política comparável à perseguida pela *Homens Livres*, mas no quadro da rutura de relações entre seareiros e integralistas, foi o projeto possível. Ao circunscrever as suas abordagens a temáticas relacionadas com a Cultura e a História Portuguesas, as Ciências, **a Lusitânia representava uma promessa de redescoberta do tal «terreno neutro», onde a convivência e quiçá o compromisso poderiam acontecer.**

Mas tal expectativa, mais uma vez, revelou-se ilusória. Como sabemos, a durabilidade foi mais aparente do que efetiva e, não raras vezes, pelas entrelinhas de muitos artigos e comentários transpira alguma tensão, que chegou a atingir a intensidade da polémica acesa. O assunto que fez estalar o verniz foi uma recensão crítica de António Sérgio ao opúsculo «O Seiscentismo em Portugal», no qual o Manuel Múrias combate a tese “jacobina” dos malefícios do poder jesuíta em Portugal, procurando demonstrar a elevação e excelência então atingida pela literatura nacional. Entre outras críticas, afirmava-se *ipsis verbis* que se tratava de «uma coleção de generalidades, e não a análise sistemática de um problema bem definido», e de «cair no próprio erro que pretende combater, pois à paixão jacobina substitui a reaccionária».¹³

¹⁰ Cf. «A “Seara Nova” vai dar combate ás ideias e aos processos defendidos pela “Acção Nacional”», in *DL*, de 8/02/1924, p. 5.

¹¹ *Idem*.

¹² Cf. *Idem*.

¹³ Cf. na secção «Bibliografia», do fascículo III, de Junho de 1924, Vol. I, pp. 441-448. António Sardinha reage no fascículo seguinte, em «O Século XVII», pp. 57-78. Ainda nesse fascículo, através de um *post-scriptum* a «Uma carta de Jaime de Magalhães Lima», António Sérgio promete a sua resposta (p. 127). Entretanto, por motivo de nojo pelo do falecimento de António Sardinha, o “caso” não teve mais desenvolvimentos na *Lusitânia*. Mas prosseguiu com dose reforçada de virulência na *Seara Nova* e na *Nação Portuguesa*. Para um conhecimento mais profundo sobre os meandros desta “crise”, os bastidores da redação e sobre as relações entre

ESTRUTURA EDITORIAL, LINHA GRÁFICA E PUBLICOS

Como se depreende dos objetivos programáticos anunciados, a *Lusitânia* **tinha como público óbvio as elites pensantes e inconformadas (ou mesmo indignadas)** com o rumo da República e/ou o estado da Nação. A presença de um «SOMMAIRE DU NUMERO...», a natureza ensaística de muitos dos textos publicados, o vocabulário utilizado, a quase ausência de imagens e outras características (o número de páginas, o preço, a qualidade da edição, etc.) também confirmam a orientação para esse público específico.

Sobre a recetividade da *Lusitânia* e as tiragens praticadas a informação escasseia ou é mesmo inexistente. De qualquer forma, **pode tomar-se por certo que a revista causou algum impacto entre as elites**, pois após a saída de uma edição não é difícil de encontrar comentários reativos na imprensa, mormente na mais conservadora, na integralista e na monárquica (como a *Nação Portuguesa*, o *Correio da Manhã*, o *Dia*, os *Fantoches*, etc.).

Mas a polémica, quando ocorria, desenrolava-se pelas páginas de outras publicações, sobretudo na *Seara Nova*, pelo punho de António Sérgio que, na sua qualidade de crítico literário da *Lusitânia*, foi também o seu maior polemista.¹⁴ Pela sua natureza excepcional merece destaque o artigo «LVSITANIA e os Politicos», publicado no III fascículo de 1924, no qual Sérgio se refere explicitamente às reações da imprensa política: «Compreendemos perfeitamente que os jornais políticos nos não compreendam a nós. Os jornais políticos, em geral, só se entendem uns aos outros – coisa fácil. Por isso respondemos ao Mundo de 8 de Maio último com o Dia de 8 e o Correio da manhã de 2 de Junho um a acusar-nos de anti-republicanismo e os outros de anti-monarquismo.»¹⁵

Do ponto da organização dos seus conteúdos (editorias ou seções), a *Lusitânia* manteve uma estrutura inalterável: num primeiro bloco ou corpo, oferecia à leitura os textos de maior envergadura, isto é, «estudos», de natureza “intemporal”; seguiam-se as secções: «Bibliografia, Música e Artes Plásticas» e «Marginália», mais centradas na atualidade e que recolhiam colaborações variadas. Era uma publicação pensada para ser encadernada, formando volumes, pelo que praticava uma numeração contínua de páginas, e assegurava os respetivos índices e capas.

os redatores, é recomendável a leitura do artigo de Reinaldo Varela Gomes referido na bibliografia.

¹⁴ Veja, por exemplo, o artigo de António Sérgio «O que se chama uma questão “Literária”... em Portugal», publicado na *Seara Nova*, n.º 37, Julho e Agosto, 1924, pp. 7-9, em resposta à polémica gerada pela recensão crítica ao livro «*Espanha*, de Antero Figueiredo», presente no I fascículo da *Lusitânia*, vol. I, pp. 106-110.

¹⁵ Cf. Vol. I, pp. 467-468.

Inicialmente, a *Lusitania*, **propriedade da «Revista de Estudos Portugueses»**¹⁶, tinha a sua administração sediada na **Praça de Luís de Camões**, n.º 46, 2.º, em Lisboa. A composição e a impressão eram asseguradas pelas **oficinas gráficas da Biblioteca Nacional de Lisboa**. Excepcionalmente, a última edição de 1924 foi impressa nas oficinas da empresa do Anuário Comercial, embora a responsabilidade da composição se mantivesse inalterada. Em 1925, a administração e o depósito foram transferidos para as Livrarias Aillaud & Bertrand, na Rua Garrett, 73.

Por Rita Correia

Lisboa, Hemeroteca Municipal de Lisboa, 5 de Novembro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

SERRÃO, Joel (Dir.) – *Dicionário de História de Portugal*. Porto: Livraria Figueirinhas, 1985;

GOMES, Reinaldo Varela Gomes - «Afonso Lopes Vieira «versus» António Sérgio pró-«Lusitânia». Oito Cartas e Dois Postais Escritos pelo Historiador ao Poeta Leiriense – 1922-1924», in *Revista da Biblioteca Nacional* (Lisboa, série 1, vol. 3, n.º ½ (Janeiro/Dezembro de 1983);

MEDINA, João – *O Pelicano e a Seara. A Revista Homens Livres. Texto Integral*. Lisboa: Edições António Ramos Lda., 1979;

PIRES, Daniel - *Dicionário da Imprensa Periódica Literária Portuguesa do Século XX (1900-1940)*. Lisboa: Grifo – Editores e Livreiros, Lda., 1996;

VENTURA, António – *O Imaginário Seareiro: ilustradores e ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

¹⁶ A partir do II fascículo aparece como Revista de Estudos Portugueses, Lda., não sendo claro se a mudança resultou da transformação numa sociedade por quotas ou se tratou apenas de uma questão de rigor.

